



35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT16 – Grupos dirigentes e estruturas de poder

Coordenadores: Mario Grynszpan (CPDOC-FGV/RJ)
e Ernesto Seidl (UFS)

**A profissionalização da classe política
brasileira no século XXI:**

Um estudo do perfil sócio-profissional dos
deputados federais (1998-2010)

Adriano Codato

Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira,
Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR)

Luiz Domingos Costa

Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira /
Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter)

Caxambu – MG
24 a 28 de outubro 2011

A profissionalização da classe política brasileira no século XXI:

Um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010)

Adriano Codato (UFPR)¹

Luiz Domingos Costa (Facinter)²

Resumo:

Essa pesquisa propõe um reexame da morfologia da elite parlamentar federal a partir da tese da “popularização” da classe política brasileira tal como formulada por Leôncio Martins Rodrigues. Para isso, o trabalho será desenvolvido em duas frentes: discutimos a noção de “popularização”, já que o termo pretende designar a natureza e a direção da transformação do espaço político do ponto de vista do perfil de seus agentes. Em seguida, apresentamos dados preliminares sobre a composição sócio-ocupacional dos deputados federais eleitos entre 1998 e 2010. A hipótese de trabalho é de que a noção de “popularização” não é a mais adequada para tratar das mudanças sociopolíticas que ocorrem no presente. Na realidade, defendemos que essas mudanças se inserem num processo mais amplo, entendido aqui como “profissionalização política”. O debate será ilustrado por meio dos dados biográficos dos deputados federais eleitos durante o período. A partir disso, elaboraremos um quadro empírico de maior alcance temporal em relação àquele traçado por Rodrigues, culminando em uma nova discussão conceitual sobre as conversões morfológicas internas ao pessoal político das modernas democracias eleitorais.

Introdução

O propósito desse *paper* é discutir o significado sociológico de alguns achados empíricos sobre os processos recentes de recrutamento da classe política brasileira. Ao mesmo tempo, pretendemos apresentar uma visão diferente sobre o assunto. Ou mais exatamente: pretendemos ressaltar a necessidade de combinar, nesse debate, variáveis históricas e sociológicas, além das variáveis institucionais usuais.

Na primeira parte se discute o que é “democracia” e o que é “participação democrática” para as teorias empíricas da democracia. Em seguida, são listadas as

¹ Doutor em Ciência Política (Unicamp), professor adjunto do departamento de ciências sociais e do mestrado em ciência política da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Mestre em Ciência Política (Unicamp), professor dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER).

condições institucionais essenciais para a realização desse tipo de participação política (que é basicamente eleitoral), com destaque para o que nos parece ser um ponto cego nessas formulações. Essa discussão serve como introdução para destacar a importância e a relevância de estudos sobre elites políticas para determinar a qualidade da democracia.

Na segunda e terceira seções discutimos as principais análises sobre o processo de recrutamento parlamentar no Brasil, realçando a dificuldade de comunicação entre elas e, sobretudo, a baixíssima capacidade de se estabelecer uma tese que contemple processos intimamente relacionados, dentre os quais se destacam a experiência política dos legisladores, a alta circulação das elites e a popularização do pessoal político do país.

Na quarta parte apresentamos dados preliminares sobre os deputados federais para apontar novas perspectivas de pesquisa sobre o objeto. Também discutimos empiricamente a dificuldade em sustentar a tese da popularização a partir de dados sobre os senadores brasileiros.

Por fim, avançamos um modelo mais complexo para dar conta desse problema do recrutamento. Esse modelo deve congrega variáveis históricas, institucionais e sociais. Isso permitirá então propor uma hipótese um pouco diferente sobre o problema. Ao final, pretende-se ressaltar as consequências analíticas do modelo e como esse tipo de explicação --- histórica e sociológica --- se diferencia das constatações disponíveis até o momento.

I. As pré-condições da poliarquia competitiva

As teorias empíricas da democracia (Schumpeter, Sartori, Dahl, Downs, Olson, Bobbio, etc.) são, *segundo a corrente dominante*, puramente descritivas e não normativas (como as formulações, por exemplo, de Arendt, Habermas, Rawls, etc.). Elas focam o funcionamento concreto dos sistemas políticos democráticos nacionais e enfatizam seja o comportamento efetivo dos cidadãos seja a competição entre as lideranças políticas pelo voto popular.

Como entendem por “democracia” um método político de seleção dos governantes (Schumpeter, 1984), destacam, via análise social e/ou institucional, os processos de escolha de candidatos por meio de eleições e, via análise institucional, a conformação dos arranjos institucionais que permitem e autorizam essas escolhas (o sistema eleitoral, o sistema partidário).

Eleições, nesse paradigma, são o momento por excelência do processo de controle e punição das lideranças (Weber) e a igualdade política se resume ao sufrágio universal (cada pessoa, um voto). Esse sistema depende de um grau elevado de pluralidade de grupos de interesse e da capacidade desses grupos apresentarem suas demandas nos períodos entre as eleições (a fim de pressionar e influenciar a tomada de decisões pelos governos). Por sua vez, os governos devem ser “responsivos”, i.e., as políticas públicas devem estar em sintonia com as preferências dos governados³.

Como enfatizou Pateman,

“A função da participação [política por parte da sociedade] nessa teoria [empírica da democracia] é apenas a de proteção: a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados [contra a interferência regulatória do estado]. É na realização desse objetivo que reside a justificação do método democrático” (Pateman, 1992, p. 25).

Dentre as condições fundamentais da democracia representativa estão duas:

- i) a participação não deve ser intensa para não comprometer a estabilidade política; e
- ii) os processos de socialização política devem ser dirigidos para criar consensos em torno daquela regras e princípios.

Conforme os parâmetros clássicos estabelecidos por Robert Dahl, uma poliarquia institucionalizada prevê um máximo de participação através do voto eleitoral (“inclusividade”) e um máximo de oposição (regimes democráticos são regimes amplamente abertos à contestação pública). O critério fundamental é o acesso da maior parte da população ao direito de voto, ou seja, o “acesso e controle sobre os recursos de poder”. Partindo de Schumpeter (1984), Dahl (1997, pp. 26-27) fornece uma lista de características da “poliarquia” que é um conjunto de garantias

³ Para esse resumo, ver Pateman, 1992, pp. 24-25.

institucionais que regulam a processo eleitoral e a competição política: liberdade de organização e associação, liberdade de expressão, direito de voto, direito a participar de eleições e postular cargos públicos, *competição pelos cargos públicos através do voto*, fontes alternativas de informação, eleições livres e isentas e instituições governamentais que convertam demandas e preferências dos cidadãos em decisões através de governos legitimamente eleitos (“responsividade”).

Se nós avaliássemos o sistema político brasileiro hoje conforme esses parâmetros, diríamos que ele atende suficientemente a maioria deles.

O que seria preciso testar melhor seriam as **condições sociais** da competição política ou o grau de inclusão dos diferentes grupos/classes sociais na elite política. Essa seria uma dimensão essencial que não tem, obviamente, a ver com as condições formais de elegibilidade (definição legal de quem pode ser eleito e para qual lugar), mas sim ao problema de como ela chegou lá (“no poder”).

Nesse sentido é que estudos sobre elites– em especial sobre **origens sociais das elites políticas** – adquirem importância essencial para caracterizar o **grau de democratização** do sistema político.

Nas sociedades **ditas “democráticas”**, lembra Dogan (1999, p.172), não há nenhuma exigência de qualquer critério técnico para exercer a política (“habilidades sociais” especiais, por exemplo), nem uma interdição de classe nos processos de recrutamento eleitoral. Desse modo, cabe ao analista identificar, para uma dada sociedade, que **mecanismos** (culturais, sociais, econômicos, simbólicos, institucionais) operam na seleção daqueles que se dedicarão profissionalmente à política e daqueles que serão excluídos dela.

Essa é uma maneira de responder a famosa questão posta aos estudos que radiografam e desenham perfis sociais e profissionais de elites: *so what?* Uma vez dadas tais e quais características, o que isso explica? Ou por outra: **atributos socioeconômicos da elite revelam o que além dos atributos socioeconômicos da elite?**

De uma perspectiva diacrônica estudos sobre elites podem revelar transformações históricas de uma sociedade dada (o ‘sismógrafo de Putnam’).

De uma perspectiva sincrônica, estudos sobre a homogeneidade ou a heterogeneidade socioprofissional do grupo de elite são essenciais para discutir, por exemplo, o próprio sistema político, já que dizem respeito à **estrutura de oportunidades** socialmente sancionada para participar da política.

Da mesma maneira, se o acesso ao universo de elite for **aberto ou fechado** isso terá uma série de implicações:

- (i) Um universo aberto tem a ver com uma estrutura de classes mais dinâmica que um universo fechado;
- (ii) Um acesso mais aberto pode dar origem a uma elite mais fragmentada, o que traz problemas para a governabilidade;
- (iii) Um acesso mais fechado dá origem a uma elite mais coesa, mas que pode também transformar-se rapidamente numa oligarquia.

Todas essas questões são questões que dizem respeito ao grau de democracia de um sistema político e esse problema pode ser medido sem que necessariamente se faça referência a mecanismos mais participativos em processos decisórios governamentais.

Porém, é preciso notar, estudos de perfil socioeconômico e de padrões de carreira de grupos de elite não são estudos sobre **recrutamento político**.

Assim, é preciso diferenciar padrões de carreira de processos de recrutamento.

Estudos de recrutamento político pretendem analisar “os processos sociais e políticos por meio dos quais tais posições foram atingidas” (Czudnowski, 1975, p. 156). Esse é um problema que diz respeito aos **mecanismos** de seleção de lideranças.

Esses mecanismos são propriamente os **filtros** (institucionais, culturais, profissionais) que operam no processo de seleção de grupos sociais a posições de elite. Logo, não é suficiente estudar “aqueles que chegaram lá”, sem mostrar não só o “caminho” (i.e., as trajetórias), como também as “barreiras” em operação (os filtros de seleção) e as disputas nas arenas onde esses processos ocorrem.

Isso tem toda serventia para estudos sobre **qualidade da democracia**.

Por exemplo, quando se compara:

- (i) **Os atributos da população em geral e os atributos dos filiados a partidos políticos**, podemos medir os obstáculos sociais à política, i.e., a posse de diferentes tipos de “capitais” (econômico, cultural, educacional, profissional);
- (ii) **Os filiados a partidos políticos e os aspirantes a candidato**, podemos medir os obstáculos sociais e organizacionais, i.e., estrutura interna dos partidos políticos;
- (iii) **Os aspirantes a candidatos e os candidatos escolhidos pelo partido**, podemos medir os obstáculos organizacionais; e
- (iv) **Os candidatos e os eleitos**, podemos medir os obstáculos políticos i.e., as determinações institucionais (o peso do sistema eleitoral, por exemplo).

II. O recrutamento parlamentar

É possível encontrar alguns desacordos na literatura sobre recrutamento parlamentar no Brasil, bem como algumas hipóteses e conclusões pouco confirmadas.

Essas divergências não estão baseadas em modelos interpretativos opostos (institucionalistas, culturalistas, etc.) ou em apanhados empíricos amplamente distintos. São desacordos analíticos pontuais, imputáveis a partir de um confronto das proposições mais recorrentes. A existência dessas discrepâncias pode ser sintoma da ausência de debate entre os estudiosos e da pouca institucionalização dessa área de pesquisas no Brasil.

Especificamente, são 3 argumentos distintos e, senão completamente divergentes, apontam para diferentes interpretações do mesmo processo sócio-político. Seguindo a ordem cronológica, o primeiro identificou uma baixa sedimentação das carreiras políticas dos deputados federais brasileiros:

A experiência prévia dos deputados que ingressam em primeiro mandato na Câmara dos Deputados a cada legislatura permite dimensionar o *background* disponível e a permissividade existente no recrutamento parlamentar. A parcela de representantes que chegam à Câmara após uma longa carreira

prévia vem registrando acentuado declínio, caindo de 30,4 por cento em 1946 para 21,8 em 1986, e passando para apenas 9,6 por cento em 1994. Tendência oposta se verifica entre os *outsiders*, que conquistam sua cadeira após breve tempo, não superior a quatro anos de atividade política: metade dos novos deputados nas três últimas legislaturas está nessa condição. A renovação parlamentar não consiste, assim, apenas na substituição ou no revezamento entre quadros políticos já experimentados, mas na franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político. (Marengo dos Santos, 1997)

Ao enfatizar a combinação de alta renovação parlamentar com a entrada de indivíduos desprovidos de experiência política prévia, Marengo dos Santos insiste na indefinição das fronteiras que separam a instituição legislativa, certas esferas sócio-ocupacionais e outras instituições políticas.

O segundo argumento, de realce institucionalista, procura demonstrar que a alta renovação parlamentar entre pleitos para o legislativo federal não se reverte em um ambiente político franqueado aos *outsiders*. Há, diferentemente do que apontava Marengo dos Santos, uma alta circulação de quadros políticos treinados entre as distintas vagas do sistema político brasileiro. O elevado *turnover* para a Câmara dos Deputados apresenta um padrão recorrente: parlamentares com alta experiência política enxergam a Casa como um espaço intermediário para uma progressão na carreira, ao passo que aqueles com menor experiência buscam cargos menores (prefeituras) para evitar o fracasso eleitoral. O argumento percebe uma classe política mais experiente e altamente racional: o legislativo federal é um lócus político importante para os atores, a ponto de servir como trampolim para cargos mais elevados (quando se considera os mais experientes) ou parecer concorrido demais para aqueles dotados de carreira política mais modesta (Santos, 2003, Di Martino, 2009)⁴.

Indiferente a essa divergência, um terceiro argumento desloca sua análise para as bases sócioocupacionais da Câmara dos Deputados. Sua centralidade para essa pesquisa requer que seja apresentado de forma mais detalhada.

⁴ Comum às duas interpretações há a percepção de que as baixas taxas de reeleição para a Câmara dos Deputados (em torno de 50%) constituem sinais de fraca institucionalização do Poder Legislativo federal, ou da dificuldade que o Legislativo tem de reter os quadros mais experientes e alcançar, via qualidade de seu pessoal político, maior capacidade decisória e preponderância política no jogo político nacional.

III. A nova classe política brasileira

O trabalho de Rodrigues (2002) não só contribuiu para trazer de volta a temática das elites parlamentares, esquecida ou renegada pelos enfoques institucionalistas, mas colocou novas questões para a análise da classe política do país.

Seu estudo focaliza o perfil social dos integrantes dos seis principais partidos representados na Câmara Federal (PMDB, PSDB, PT, PDT, DEM e PPB), analisando se existe um perfil social típico de cada agremiação e, em caso positivo, se esse perfil está de acordo com a posição do partido no espectro ideológico esquerda-centro-direita.

Estudando a 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2002) e baseando-se em informações sobre as profissões e as declarações de bens dos parlamentares federais, Rodrigues chega a conclusões instigantes sobre a suposta “anarquia” do sistema partidário nacional com base, alegadamente, na ausência de um perfil claro dos partidos políticos brasileiros. A acreditar nos diagnósticos mais superficiais, “a conclusão seria que os políticos, não importando suas origens socioeconômicas, escolheriam aleatoriamente as legendas pelas quais entram na vida pública e por elas trafegam durante sua carreira política” (Rodrigues, 2006, p. 16).

Segundo os seus dados, há uma “composição social dominante” nas agremiações partidárias que pode ser descrita assim: partidos de esquerda recrutam seus quadros entre os intelectuais (professores de diversos níveis, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e tamanhos), além de executivos e dirigentes de empresas. E os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que recrutam seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam elas de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante⁵.

⁵ Cabe enfatizar que a existência de mais empresários nos partidos de direita no que nos de esquerda não significa que inexistam empresários nos partidos à esquerda do espectro ideológico. Igualmente, são encontrados intelectuais nos partidos de direita, embora em menor proporção que nos partidos da esquerda. Os dados baseados nas declarações de bens (declarações fornecidas pelos candidatos

Implícito nessa descrição do perfil das bancadas partidárias está a noção de que tal composição se estabelece de acordo com as posições tradicionalmente assumidas pelas diferentes posições no eixo ideológico. Sem detalhar programas partidários e nem uma “plataforma” de cada um dos partidos brasileiros, Rodrigues demonstra certas tendências da esquerda, do centro e da direita em relação a temas-chave. Portanto, seu foco está realmente no problema da *composição social dos partidos*, mais preocupado com a morfologia do legislativo advinda das urnas, do que com o problema da ação política propriamente dita⁶.

Logo após a publicação desse livro, o foco do autor recaiu nas mudanças em andamento na classe política brasileira em função da vitória do PT nas eleições para o Executivo federal em 2002 (cf. Rodrigues, 2006).

Uma vez constatadas as variações ocorridas no perfil da **elite governante**, i.e., no perfil dos ministros e do primeiro escalão da administração Lula da Silva (sindicalistas oriundos da CUT e do PT)⁷, a hipótese do estudo de Rodrigues é mais ambiciosa: há não só uma mudança importante na composição social da elite governante, mas, além disso, “está em curso uma alteração social na **classe política** brasileira como um todo, alteração ampliada pelos resultados eleitorais de 2002” (Rodrigues, 2006, pp. 13-14).

aos TRES dos estados) corroboram estes achados. Temos então o seguinte: um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita; e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

⁶ Não cabe aqui entrar em todos os detalhes do livro mencionado (Rodrigues, 2002), mas sua análise discute ainda os diplomas superiores dos parlamentares, desagrega os dados por região do país e também traça um quadro detalhado da composição interna de cada um dos seis partidos selecionados, mostrando também certas incongruências relativas ao seu argumento geral, sobretudo no que tange ao PMDB.

⁷ “No primeiro ministério do novo presidente, 13 ex-sindicalistas foram indicados para ministros do novo governo. Três vieram de sindicatos dos metalúrgicos, três de bancários, dois de médicos, dois de petroquímicos e um dos seguintes sindicatos: professores, mineiros e um da direção da CUT, cujo ramo de atividade não fica muito claro. (Trata-se da ministra Marina Silva, filha de seringueiros e ex-empregada doméstica, que era da direção da CUT do Acre). [...] A julgar pelos níveis educacionais, a maioria dos integrantes do novo governo veio de famílias das classes médias ou baixas. Segundo dados de José Pastore, entre os ministros petistas do governo, num total de 17 (presidente incluído), sete vieram de famílias cujos pais não completaram o ensino fundamental (num dos casos, o pai era analfabeto)” (Rodrigues, 2006, p. 13). Ver para os dados: José Pastore, “Mobilidade partidária dos dirigentes do PT”, *O Estado de S. Paulo*, 12/8/2003.

Conforme o autor, a vitória do PT na eleição presidencial em outubro de 2002 – e seu reflexo no aumento de sua bancada de deputados federais – foi responsável por uma relativa **popularização da classe política** da Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2006, p. 11-12).

Para operacionalizar tal hipótese, além de coletar os dados sobre ocupação e escolaridade dos deputados eleitos em 2002 (legislatura 2003-2006) e traçar o seu perfil básico, Rodrigues (2006) promove uma comparação sistemática entre a composição das bancadas das duas legislaturas (a eleita em 1998 e estudada em seu livro anterior (2002) e aquela eleita em 2002) e a composição global da Câmara Baixa nas duas legislaturas (51^a. e 52^a.)⁸.

Os seus resultados demonstram ter havido uma popularização da classe política nacional nesses termos:

“Nossa hipótese é que houve na CD a redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um **aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares**” (Rodrigues, 2006, p. 14).

Discutindo alguns conceitos sociológicos (“classes populares”, “popularização”), o autor toma o cuidado de contornar bem o problema: não se verificou a entrada das classes populares, dos pobres ou indivíduos despossuídos na Câmara dos Deputados (CD), ou a “ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas (Rodrigues, 2006, p. 15)”.

O que se verificou foi sim **uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista** (isto é, os mais ricos, e dentre esses, empresários,

⁸ As conclusões foram as seguintes: “O resultado do exame comparativo das duas legislaturas mostrou que, em primeiro lugar, *se reduziu o número de parlamentares originários das classes ricas e aumentou a proporção dos que vieram das classes médias e das classes trabalhadoras*; em segundo lugar, do ângulo sociológico, mínimas alterações ocorreram nas bancadas dos principais partidos, quer tivessem aumentado ou reduzido a dimensão de suas representações na CD. Em outros termos, *os principais partidos mantiveram seu perfil social entre as duas eleições*, seja quando cresceram (caso do PT, principalmente), seja quando encolheram (casos do PFL e do PSDB, em especial)” (Rodrigues, 2006, p. 17).

sobretudo⁹) e um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média.

“Mais exatamente, a **popularização da classe** dos que fazem da **política** a sua profissão **indica**, por um lado, a **redução do espaço ocupado pelos políticos das classes mais altas em termos de renda, educação e status** e, por outro, a **ascensão dos políticos das classes médias**, mais corretamente, de **alguns de seus estratos, majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada**. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural” (Rodrigues, 2006, p. 15).

Portanto, a vitória de Lula em 2002 e o seu impacto sobre o crescimento da bancada petista no interior da CD produziu um deslocamento de seu quadro interno, em termos socioeconômicos, do alto da pirâmide social para o meio.

As causas dessas modificações são institucionais (eleitorais) e não estruturais (sociais):

“[...] a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a **volatilidade na representação partidária**, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócio-ocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional” (Rodrigues, 2006, p. 17)¹⁰.

Como o trabalho de Rodrigues (2006) e sua conclusão se baseiam em apenas uma eleição, está ainda para ser examinado se, de fato, isso configura uma tendência (a “deselitização” da composição social do legislativo federal) ou se esse foi apenas um caso isolado.

IV. Recolocando o problema a partir de novos dados

⁹ “O termo ‘empresário’ deve ser entendido num sentido amplo. Ele abrange os homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento” (Rodrigues, 2006, p. 22).

¹⁰ “A hipótese aqui é que *as variações na importância dos grupos econômicos e profissionais no interior dos organismos legislativos dependem principalmente do perfil social dos partidos vencedores e perdedores*. De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais” (Rodrigues, 2006, p. 17).

Outros estudos sustentam que **ser político profissional** é a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato a Deputado Federal no Brasil (Perissinotto e Miríade, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010).

Tabela 1

Profissão de candidatos não eleitos e eleitos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998, 2002 e 2006.

Ocupação*	Não eleitos (%)**	Eleitos (%)***
1998		
Economista	1,7	3,5
Engenheiro	3,4	7,2
Médico	4,9	9,9
Advogado	11,4	15,4
Político do Poder Legislativo****	4,2	21,4
Comerciante	5,7	1,8
Servidor estadual	4,5	1,4
Servidor federal	2,2	0,2
Industrial	1,1	1,4
2002		
Economista	0,9	1,9
Engenheiro	2,2	5,7
Médico	4,0	8,4
Advogado	11,0	14,6
Político do Poder Legislativo	3,9	29,0
Comerciante	6,2	1,2
Servidor estadual	3,2	1,0
Servidor federal	3,0	0,6
Empresário	7,0	4,5
Industrial	0,3	0,6
2006		
Economista	1,0	1,6
Engenheiro	1,9	4,7
Médico	3,9	8,0
Advogado	10,2	8,8
Político do Poder Legislativo	6,6	46,8

Comerciante	6,4	1,6
Servidor estadual	3,3	0,8
Servidor federal	3,2	1,2
Empresário	7,8	6,2
Industrial	0,2	0,2

Fonte: Perissinotto e Bolognesi (2010) a partir de TSE e Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (NUSP) – Universidade Federal do Paraná.

* A associação entre a ocupação do candidato e a condição de eleito revelou-se significativa pra todos os anos ($p = 0,000$). O coeficiente de contingência foi de 0,32; 0,36 e 0,45 para 1998, 2002 e 2006, respectivamente.

** N = 11.116

*** N = 1539

**** As informações do TSE registram a atividade política de maneira diferente para cada eleição. Em 1998 Senadores, Deputados e Vereadores foram registrados como “membros do Poder Legislativo” (N=233); em 2002, numa única rubrica “Senadores, Deputados, Vereadores” (N=298) e em 2006 Senadores (N=1), Deputados (N=348) e Vereadores (N=181) foram registrados separadamente. Para que pudéssemos comparar a relação entre ocupação e sucesso eleitoral para as três eleições reunimos todas essas categorias em uma única: “Políticos do Poder Legislativo”.

A tabela acima indica que entre os eleitos quatro categorias são sobre-representadas: economistas, engenheiros, médicos e políticos do poder legislativo. Isso significa uma crescente importância adquirida pelas ocupações técnicas e não tradicionais. Com exceção dos engenheiros que, segundo Santos (2003, p. 118-122), foram atraídos para a atividade política durante o Regime Militar, as demais categorias sobre-representadas apontam para um novo tipo de pessoal político em relação aos períodos anteriores ao regime pós-1988. De forma complementar, ocupações econômicas mais tradicionais como empresários, industriais e pecuaristas, embora ainda positivamente relacionadas ao sucesso eleitoral dos candidatos, apresentam peso menor que as novas profissões apontadas acima (Cf. ANEXO).

Além disso, ser político profissional é de longe a variável mais importante quanto às possibilidades de aumentar as chances de sucesso eleitoral¹¹;

Ainda com base nos achados de Perissinotto e Bolognesi (2010), sabe-se há diferenças importantes as três posições ideológicas dos partidos políticos: direita, centro e esquerda:

¹¹ Nesse sentido, portanto, os dados não desagregados por posição ideológica já indicam um processo de institucionalização do processo de recrutamento para a Câmara dos Deputados.

- a. ser industrial e empresário às vezes é significativo para o sucesso eleitoral na direita, mas nunca para a esquerda;
- b. ser metalúrgico ou bancário pode eventualmente aumentar as chances de sucesso na esquerda, mas nunca na direita;
- c. a ocupação de **engenheiro** produz impactos significativos de maneira mais recorrente na direita, ocorrendo o mesmo com a profissão de **médico** na esquerda;
- d. uma candidata (mulher) encontra mais dificuldades de acessar o universo dos eleitos na direita e no centro do que na esquerda¹².

Mas também há importantes similaridades entre as três posições ideológicas:

- a. ter ensino superior completo produz impactos significativos nas chances de sucesso eleitoral rigorosamente em todas as eleições e em todas as posições ideológicas;
- b. a profissionalização política é a variável que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral também em todas as posições ideológicas e em todas as eleições analisadas (1998, 2002, 2006).

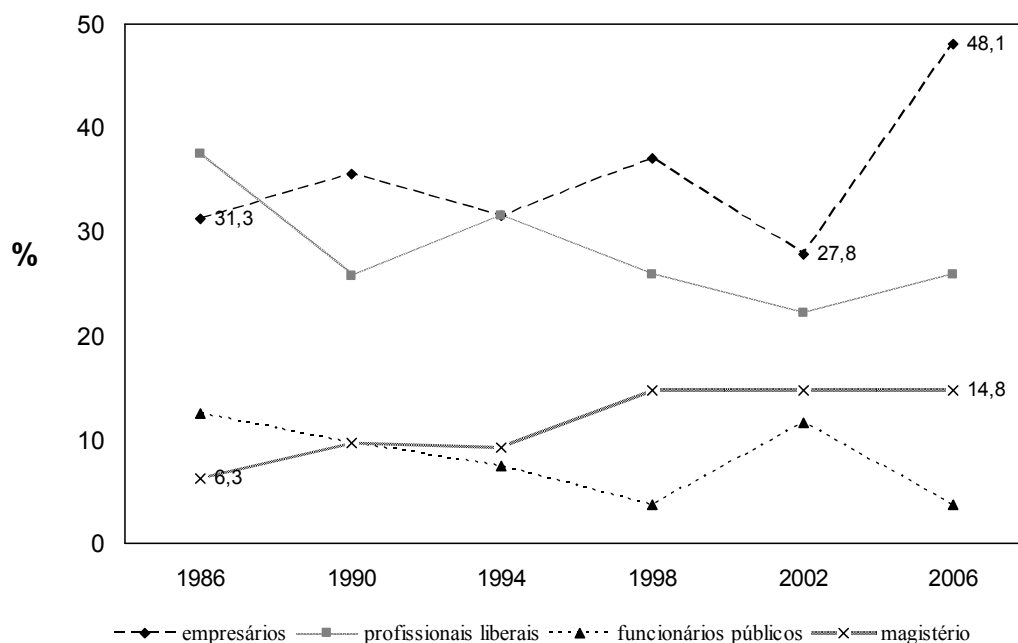
De acordo com esses dados e essas conclusões extraídas de Perissinotto e Bolognesi (2010), percebe-se que a morfologia social dos parlamentares brasileiros tem se alterado, apontando para um incremento das posições sociais menos elitistas e tradicionais. Essa mudança não significa, sob o nosso ponto de vista, que estamos diante de um processo de popularização tal como indicado por Rodrigues (2006). Duas razões nos levam a questionar essa proposição, uma de caráter empírico e outra de caráter teórico-metodológico.

Empiricamente, dados sobre a composição sócio-ocupacional dos senadores brasileiros durante o período democrático recente não autorizam a conclusão da popularização. Assim como no caso da CD, o Senado experimentou uma queda dos indivíduos advindos da camada empresarial na eleição de 2002 (ano sobre o qual

¹² O que sugere que a variável riqueza não é determinante; possivelmente a variável “financiamento de campanha” seja a fundamental. É preciso assim verificar a taxa de sobreposição ente rulers e owners.

Rodrigues apresenta sua tese). Entretanto, essa queda não se verifica na eleição seguinte para a Câmara Alta, como percebe no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Evolução do perfil sócio-ocupacional do Senado (1987-2007)



Fonte: Abreu (2001) e Senado (2003, 1999, 1995)

Pelo Gráfico 1¹³ percebe-se que, de fato, a eleição de 2002 representou um momento de arejamento na classe política brasileira – do ponto de vista de sua composição social e não apenas nominal – já que o número de empresários cai significativamente (o que também foi constatado na mesma eleição para o caso da CD no trabalho de Rodrigues).

Como se vê, na eleição de 2002 o contingente de empresários atinge a menor média do período democrático (27,8%)¹⁴. Contudo, a eleição de 2006 para o Senado

¹³ Esse gráfico compreende os senadores titulares eleitos entre 1986 e 2006, totalizando 218 parlamentares. Devemos destacar a diferença das fontes para com os dados sobre os deputados federais. Aqui a categoria empresário aparece mais bem representada por conta da baixa recorrência de “políticos” nas fontes do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (Abreu, 2003) e do Senado Federal. No caso das categorias dos deputados federais, extraídas do TSE, a ocupação “político” é uma muito freqüente.

¹⁴ Também é digno de nota que esta oscilação para baixo está acima das precedentes, sempre entre 5% e 7% para mais ou para menos.

altera essa tendência, demonstrando o contrário: a proporção de empresários atinge a maior taxa dos 20 anos precedentes, chegando a quase metade (48%) dos senadores eleitos. Não obstante a falta de dados concernentes as eleições de 2010 para as duas casas legislativas, o caso dos senadores refuta a hipótese da popularização de forma muito clara.

Entretanto, a segunda objeção a essa tese se relaciona não apenas com a verificação empírica em um apanhado longitudinal mas também com uma preocupação de colocar a questão no interior da problemática da profissionalização, do que decorre empreender uma análise que combine as variáveis de origem sócioocupacional e de carreira política. Nesse sentido, há perguntas em aberto pelos estudos mencionados: que tipo de recursos e estratégias têm sido mobilizados pelos novos estratos sociais que parecem advir ao universo político-institucional? É possível que se encontre alguma conexão entre essas camadas e o perfil de carreira observado pelos estudos que discutem a *expertise* política dos deputados?

As explicações para a emergência de políticos profissionais em diversas poliarquias levam em conta a relação entre declínio dos notáveis e profissionalização das carreiras políticas (Guttsman, 1974; Dogan, 1999). De modo específico, a crescente entrada das camadas sociais médias nos postos políticos implica em outro tipo de carreira, na qual os recursos externos ao mundo político passam a contar cada vez menos. Assim, a queda de empresários, antes de representar popularização, pode representar maior controle das oportunidades por partes de indivíduos desde muito cedo dedicados às atividades políticas. Para que isso se confirme, os trabalhos disponíveis sobre o recrutamento legislativo no Brasil (Marengo dos Santos, 1997; Santos 2003; Di Martino, 2009; Rodrigues 2006; Perissinotto e Bolognesi, 2010) devem servir para elaboração de um novo programa de pesquisa no qual seja possível testar a relação entre as novas camadas sociais e os perfis de carreira política.

V. Finalmente

Esse trabalho apresentou um apanhado das teses fundamentais a respeito do recrutamento para os postos legislativos nacionais depois da redemocratização. A afirmação de que essa literatura apresenta hipóteses aparentemente desconexas

serviu para mostrar que os avanços obtidos na última década a respeito do tema (além de algumas evidências importantes) abriu lacunas novas para as pesquisas da área.

Com base nesses questões, pensamos que é preciso tornar o modelo de análise mais complexo. Assim, trata-se de combinar três variáveis: a institucionalização da competição política democrática (e, conseqüentemente, dos partidos e dos aparelhos políticos); a autonomização do universo político em relação aos demais universos sociais e a profissionalização dos agentes e suas trajetórias políticas.

Esse processo – que não começou agora – concorre para definir e dirigir esse programa peculiar de circulação de elites e sacramentar definitivamente a separação da classe dirigente da classe dominante.

Nossa hipótese é que os atributos (sociais, políticos e profissionais) dos representantes no regime democrático brasileiro e sancionados pelos mecanismos e aparelhos encarregados de recrutá-los são, de fato, menos "elitistas" do que aqueles típicos dos períodos anteriores, sem serem, contudo, mais populares.

Referências:

- BRAGA**, Maria do Socorro Sousa; **VEIGA**, Luciana Fernandes; **MIRIADE**, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 70, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011.
- CODATO**, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008.
- CORADINI**, Odaci Luiz. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Soc. estado.*, Brasília, v. 26, n. 1, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011.
- CZUDNOWSKI**, Moshe M. "Political Recruitment". **Micropolitical Theory. Handbook of Political Sciences**. vol. 2. F. I. Greenstein e N. W. Polsby (Eds.). Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1975, p. 155-242.
- DAHL**, Robert A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- DI MARTINO**, Mayla. *A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Tese de doutorado (Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). USP, 2009.
- DOGAN**, M. 1999. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In : OFFERLE, M. (dir.). *La profession politique : XIXe-XXe siècles*. Paris : Belin.
- FRANCESCHINI**, Adilson de Oliveira. Vínculo político e recrutamento parlamentar no Brasil: uma análise da bancada deferal do sudeste da 52a. legislatura da Câmara dos Deputados. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). USP. 2003.
- GRILL**, Igor Gastal. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: Rio Grande do Sul et Maranhão. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011.
- GUTTSMAN**, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. In Stanworth and Giddens (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 274 p. p. 22-44.
- MARENCO DOS SANTOS**, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, p. 87-101, 1997.
- MARENCO DOS SANTOS**, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 45, fev. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011.
- MARENCO DOS SANTOS**, André. (2000). *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários*

entre deputados brasileiros (1946-1998). Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

MARENCO, André; **SERNA**, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011.

PATEMAN, Carole. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; **BOLOGNESI**, Bruno. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 4, p. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; **MIRIADE**, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jul. 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002). *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.

SANTOS, Fabiano. (2000). Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In _____. *Elites políticas e econômicas no Brasil*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, pp. 89-117.

SCHUMPETER, J. A. 1984. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro : J. Zahar.

ANEXO

Reproduzimos abaixo um teste de regressão logística binária¹⁵ extraído de Perissinotto e Bolgonesi (2010) que permite enfatizar o peso de algumas variáveis sobre as chances de sucesso eleitoral para Câmara dos Deputados entre as eleições de 1998 e 2006.

Tabela 3

Impacto das variáveis preditoras sobre as chances de ser eleito Deputado Federal em 1998, 2002 e 2006

Variáveis preditoras***	Odds Ratio
1998	
Variáveis políticas	
Político profissional	6,628**
PC do B	3,235**
PDT	1,227*
PFL	7,855**
PMDB	3,833**
PPS	0,351*
PSB	1,632*
PSDB	6,090**
PT	3,150**
PTB	2,777**
PL	2,458**
Variáveis demográficas	
Ser homem	1,986**
Ter curso superior	1,953**
Acima de 40 anos	1,143*
Variáveis societais	
Advogado	1,502**
Economista	1,992**
Engenheiro	1,949**
Médico	2,019**
Industrial	1,596*
Sacerdote	3,112**

¹⁵ “A regressão logística é uma ferramenta de análise estatística útil nos casos em que se pretende prever ou explicar a presença ou ausência de determinada característica a partir dos valores de um conjunto de medidas preditoras. Nesse sentido, é similar aos modelos de regressão linear, porém pode ser aplicado nas situações em que a variável dependente é dicotômica. As variáveis independentes ou preditoras podem ser intervalares ou categóricas, sendo que nesse último caso devem ser codificadas como medidas indicadoras ou dummy. Nesse artigo, os coeficientes obtidos com os modelos propostos são usados como estimativas das razões de chance (estimate odds ratios) para cada uma das variáveis independentes introduzidas no modelo.” (Perissinotto e Bolognesi, 2010).

2002	
Variáveis políticas	
Político profissional	12,074**
PC do B	6,048**
PDT	1,335*
PFL	9,151*
PMDB	4,599*
PPS	1,325*
PSB	1,227*
PSDB	4,626**
PT	5,418**
PTB	2,171**
PL	1,698**
Variáveis demográficas	
Ser homem	1,535**
Ter curso superior	1,993**
Acima de 40 anos	1,752**
Variáveis societais	
Advogado	1,909**
Economista	2,432**
Engenheiro	2,885**
Médico	2,581**
Industrial	5,331**
Sacerdote	6,688**
Empresário	1,279*
Pecuarista	2,785*
2006	
Variáveis políticas	
Político profissional	13,318**
PC do B	4,423**
PDT	1,384*
PFL	5,655**
PMDB	5,010**
PPS	1,504*
PSB	1,627*
PSDB	3,988**
PT	4,738**
PTB	1,465*
PL	1,883**
PSOL ¹⁶	0,453*
Variáveis demográficas	
Ser homem	1,301*

¹⁶ O PSOL foi o único partido que apresentou carga negativa em nossa regressão. O β para este partido específico (tomado como uma variável *dummy*, com 0 para “Não PSOL” e 1 para PSOL) foi de -4,707, indicando que as chances para os candidatos psolistas são inversas em relação aos outros partidos.

Ter curso superior	2,842**
Acima de 40 anos	1,323*
Variáveis societais	
Advogado	1,410*
Economista	2,674**
Engenheiro	3,936**
Médico	3,568**
Industrial	4,948*
Sacerdote	1,827*
Empresário	2,460**
Pecuarista	9,737**

** p<0,05

* p>0,05

***1998: p=0,000 para político profissional, PFL, PMDB, PSDB, PT, PL e Médico; 2002: p=0,000 para político profissional, PC do B, PFL, PMDB, PSDB, PT, ensino superior, acima de 40 anos, advogado, engenheiro, médico e sacerdote; 2006: p=0,000 para político profissional, PC do B, PFL, PMDB, PSDB, PT, ensino superior, engenheiro, médico, empresário e pecuarista.